

Constituinte sonha com País da livre iniciativa

No País com que sonham os constituintes, o Estado restringiria suas atividades empresariais e, deixando de invadir setores que podem ser entregues à iniciativa privada, iria tratar de assuntos que, no todo ou em parte, estão em sua típica área de competência: saúde pública, saneamento, justiça, segurança, educação e alimentação.

Isto está dito em pesquisa que a Seplan mandou realizar e a cujas perguntas responderam 115 constituintes de todos os partidos — a Assembleia Constituinte tem 559 membros. Nela se verifica uma nítida opção dos consultados pela descentralização administrativa, com vários encargos passando da União para os Estados e municípios.

A pesquisa visa a definir modos concretos de ação. Por isso, a primeira pergunta tem caráter eminentemente prático: indaga-se como um deputado ou senador investiria uma verba hipotética de CZ\$ 100 bilhões. Primeiro, quanto à região, e aí — embora os consultados tenham base política em todos os Estados do Brasil — é o Nordeste que sai ganhando. Tirando-se a média das destinações dadas pelos constituintes, os nordestinos ficariam com a parte do leão: CZ\$ 29,8 bilhões. O resto do dinheiro seria distribuído assim: Centro-Oeste, CZ\$ 20,5 bilhões; Norte, CZ\$ 19,1 bilhões; Sudeste, CZ\$ 15,6 bilhões; e Sul, CZ\$ 15 bilhões.

Mas, e se fosse para saber que setor ganharia mais? Vitória fácil para o agrícola, que ficaria com CZ\$ 33 bilhões, quase o dobro do segundo colocado — a indústria, com 18 bilhões. A seguir: insumos básicos (siderurgia, petroquímica, combustíveis, papel e celulose, fertilizantes), 15%; tecnologia de ponta, que inclui a química fina e a produção e utilização de materiais novos, 13%; comércio e transporte, 13%.

Educar é preciso, pensam os encarregados de fazer a próxima Constituição. De tal modo que eles, dessa mesma imaginária dotação de CZ\$ 100 bilhões, destinariam CZ\$ 30 bilhões à educação básica, e só CZ\$ 22 bilhões às providências na área de saúde e assistência. Os programas de habitação popular ganhariam CZ\$ 19 bilhões; o saneamento ficaria com CZ\$ 16 bilhões. E, por mais que o problema da violência sensibilize os políticos e a sociedade, o dinheiro para Justiça e segurança pública seria bem mais curto: CZ\$ 13 bilhões.

Na rejeição ao Estado-Leviatã, que tudo pode e tudo faz — ou que tudo deveria fazer — há uma inegável eloquência dos números. Quase nin-



guém admite a centralização. De 100 que aceitaram responder à pergunta sobre a permanência ou não dos atuais poderes e atribuições, só 12 responderam que tudo deve ficar como está. E 88 consideraram que, na maioria dos casos, os encargos do Poder Público seriam mais bem exercidos saindo da área da União para serem distribuídos entre Estados e municípios. E não pareceu tão difícil apontar que encargos seriam esses que trocariam de mão. Educação básica obteve 88 votos — sinal de que todos admitem que a mudança comece por aí. Depois, vêm: transporte urbano, 79; assistência médica, 76; assistência social, 74; saneamento, 72; habitação popular, 71.

Na hora em que o Governo faz o encaminhamento do Plano Macroeconômico do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a Seplan tenta saber qual o pensamento dominante na Assembleia Constituinte sobre os temas principais que uma definição, nessa área envolve. Para isso, começa por colocar ante os consultados dois cenários da realidade econômica brasileira. O primeiro, no essencial, apresenta o Brasil como "uma nação semi-industrializada, embora ainda subdesenvolvida", com "necessidade de grandes investimentos em setores modernos" e de "contatos normais com o sistema financeiro internacional e com as instituições financeiras multilaterais (Banco Mundial, FMI etc.)". O segundo dá

basicamente esta visão do País: "Apesar de sermos uma nação com relativo grau de industrialização, acordos com o FMI são nocivos ao País; políticas de reserva de mercado deveriam ser estendidas a setores de tecnologia de ponta e outros cruciais para o País (como a química fina, pelas ligações com a indústria farmacêutica); o mercado interno deve ser sempre privilegiado relativamente ao externo". O primeiro cenário é considerado realista por 61 dos constituintes; e só 27 acreditam na autenticidade do segundo. Traduzindo: a maioria dos parlamentares rejeita o isolacionismo; não aceita a identificação do FMI com o lobo mau nem quer a hipertrofia da noção de reserva de mercado.

Crescer também é preciso. Mas como? A hipótese de crescer à custa de um endividamento externo cada vez maior perde para a que se assenta na ideia de "reduzir a dívida líquida em termos reais, progressivamente". E, quando se trata de definir o ritmo desse crescimento, os que têm pressa de chegar ao pote ou, na linguagem da pesquisa, pretendem "maximizar o crescimento da renda interna" perdem feio para os que aceitam "menor meta de crescimento, desde que acompanhada por melhoria na estrutura da distribuição da renda". Também são poucos os que se mostram adeptos do "desenvolvimento tecnológico, modernização e mecanização da economia"; eles perdem pa-

ra os que defendem "maximização das oportunidades de emprego no curto prazo".

Dado curioso: o culto à pequena empresa. Quando se pergunta em que se deve apoiar o Governo ao estimular uma reestruturação do sistema econômico, 98 respostas são de que é "nas pequenas e médias empresas", às quais se atribui a condição de "geradoras de mais empregos"; e só 15 respostas se referem às empresas de grande porte, apresentadas como "supostamente mais eficientes".

Admitida a ideia de que é preciso reduzir o déficit público, a grande maioria aponta um caminho: o dos cortes nos gastos de consumo — pessoal e material; poucos são os que defendem cortes nos investimentos; e raros os que admitem pensar em elevação da carga tributária. Bem, mas se for preciso melhorar a disponibilidade de recursos da área oficial? O caminho apontado é a redução de subsídios e transferências ao setor privado; só raros defendem o aumento de tributos diretos, como o Imposto de Renda, e raríssimos dos indiretos, como o IPI.

Um sim à utilidade, um sonoro não à grandiosidade: essa a posição dos constituintes em relação aos investimentos públicos. Apenas dois dos consultados acham que é hora de "obras de impacto, de grande vulto". E 104 defendem "projetos de in-

vestimento com altas taxas de retorno social e rápida maturação".

E a política industrial? O modelo preferido pelos constituintes é o que propõe "a seleção de um determinado número de setores de total importância para a realização de objetivos centrais da estratégia de desenvolvimento em vigor". Tais setores "passariam a merecer atenção especial do Governo". Outra questão é definir o que é "empresa genuinamente nacional". Só 20 defendem "uma posição rígida, impedindo qualquer participação de capital estrangeiro em associação ao nacional". E são 88 os adeptos de "posição flexível, desde que a maioria seja nacional".

Questão polêmica também é a da terra. E a pesquisa talvez indique por que nessa área tem sido difícil a formulação de qualquer proposta. São poucos os que defendem simplesmente a reforma agrária (26), os projetos de colonização (17) ou a adoção de impostos fundiários progressivos (13). Mas são muitos (72) os que pretendem ver acionados "todos esses instrumentos juntos". Isto é: fica fácil fazer uma opção mas difícil sintetizá-la em termos de mandato constitucional. E ficam claras duas coisas: a política da terra não deve ser centralizada em termos de execução, mas realizada através de um processo que envolva Estados e municípios; e, quando houver desapro-

priação de terras, só os latifúndios improdutivos devem ser atingidos.

A pesquisa se estende ao longo de diversos itens do capítulo Setor Externo. A principal resposta é a que define como merecedor de tratamento prioritário o setor exportador — 70 dos consultados. Só 33 acham que não deveria receber qualquer tratamento privilegiado.

Outro capítulo importante: emprego e salário. E aí fica nítido que a ideia de um pacto social continua a ter validade, apesar das dificuldades que sua concretização vem encontrando. Quando se apresentam quatro possibilidades de solução para a questão das relações de trabalho, as respostas vêm nesta ordem: 51 apontam na "implementação de um pacto social" o caminho mais certo; 39 falam em "institucionalizar novas formas de participação dos empregados dentro das empresas"; 33 propõem a "reformulação da legislação sindical, desatrelando totalmente os sindicatos do Governo"; e 21 pedem a reformulação da CLT. Fica evidente que vários dos consultados combinaram mais de uma das hipóteses oferecidas.

Foi o Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, quem mandou fazer essa pesquisa. Deram suas respostas 115 constituintes — 11 senadores, 104 deputados — filiados ao PMDB, PFL, PDS, PTB, PDT, PT, PCB, PL, PC do B e PDC.

OS PARLAMENTARES CONSULTADOS

PMDB — Celso Dourado (BA), João Agripino (PB), Edvaldo Motta (PB), Antônio Farias (Senador — PE); Dalton Cabranha (MG), Raimundo Resende (MG), Nilson Gibson (PE), José Carlos Grecco (SP), Carlos Mosconi (MG), Sérgio Werneck (MG), Luiz Viana (Senador — BA), Antônio Perosa (SP), Hélio Duque (PR), Hélio Costa (MG), Osvaldo Lima Filho (PE), Hermes Zanetti (RS), Maurício Ferreira Lima (PE), Mendes Ribeiro (RS), Pimenta da Veiga (MG), Sigmaringa Seixas (DF), Ismael Wanderley (RN), Luiz Sover (GO), Arnaldo Moraes (PA), Antônio Câmara (RN), Asdrúbal Bentes (PA), Fernando Cunha (GO), Robson Marinho (SP), Nelson Friedrich (PR), Nilo Squarez (PR),

Maguito Vilella (GO), Lourenberg Nunes Rocha (Senador — MT), Tadeu França (PR), Joaquim Aickel (MA), Moisés Pimentel (CE), Mário Lima (BA), João Natal (GO), Carlos Beneditos (AM), Alarico Abib (PR), Délio Braz (GO), José Fogaça (Senador — RS), Márcia Kubitschek (DF), Pompeu de Souza (Senador — DF), João Calmon (Senador — ES), Rubem Figueiró (MS), Manuel Viana (CE), Gorzaga Patriota (PE), Hilário Braun (RS), Sérgio Naya (MG), Francisco Carneiro (DF), Rubeni Branquinho (AC), Rodrigues Palma (MT), Djene Gonçalves (SE), Léléo Souza (RS), Leite Chaves (Senador — PR), Ruy Nadel (RS), Carlos de Carli (AM), Jorge Uêqued (RS), Egídio Far-

reira Lima (PE), Paulo Mincaroni (RS) e Israel Pinheiro Filho (MG); PDS — Francisco Diógenes (AC), Arnold Fioravante (SP), Lavosier Maia (Senador — RN), Jorge Arbage (PA), Adilson Motta (RS), Victor Faccioni (RS), Cunha Bueno (SP), Aécio de Borba (CE) e Amaral Netto (RJ); PFL — Paes Landim (PI), José Tinoco (PE), Flávio Rocha (RN), Waldeck Ornelas (BA), Furtado Leite (CE), Eliezer Moreira (MA), Arnaldo Prieto (RS), José Lourenço (BA), Inocêncio de Oliveira (PE), José Teixeira (MA), Alysson Paulinelli (MG), José Agripino (Senador — RN), Saulo Queiroz (MS), Assis Canuto (RO), Aroldo de Oliveira (RJ), Cláudio Ávila (SC), Luiz Marques (CE), Orlando Pacheco

(SC), Pedro Ceolin (ES), Etevaldo Nogueira (CE), Ivan Bonato (Senador — SC), Átila Lira (PI), Homero Santos (MG) e Edna Tavares (PB); PCB — Augusto Carvalho (DF) e Roberto Freire (PE); PC do B — Lidice da Matta (BA); PT — Plínio de Arruda Sampaio (SP) e Paulo Delgado (MG); PDT — Adroaldo Streck (RS), Amaury Muller (RS), Mário Maia (Senador — AC), Chico Humberto (MG) e Airlton Cordeiro (PR); PTB — Gastone Righi (SP), Joaquim Bevilacqua (SP), José Egreja (SP), Ottomar Pinto (RR), José Elias Murad (MG) e José Elias (MS); PDC — Siqueira Campos (GO); PL — Adolfo de Oliveira (RJ).

Nova Constituição, nova mentalidade

PEDRO GOMES

Por mais alta a taxa de reformismo praticável da futura Constituição (depois de resolvida a favor do regime e do País a atual nebulosa) obviamente não chegará a tal ponto que possa eliminar uma série de vícios de mentalidade e de comportamento da sociedade brasileira em face da dinâmica democrática. Ainda mais porque elaborada em período de normalidade institucional — quando sobra espaço para a inventiva e o experimentalismo — a perspectiva só pode ser a de uma lei básica em parte teoricamente distanciada dos nossos condicionamentos e das nossas aptidões para seguir-na na prática.

Nada de grave, porém, nesse descompasso. O importante é que consigamos cobrir a diferença ao longo de uma nova experiência de democracia que todos desejamos — desta vez e finalmente —, à prova de ruturas ou sequer de lesões parciais.

Se queremos uma Constituição moderna no seu espírito e nas suas concepções, então se impõe que os beneficiários dessa obra jurídico-política também procurem atualizar os seus conceitos, as suas atitudes, os seus julgamentos, as suas expectativas, a sua tomada de posição diante do processo institucionalizador — agora retomado à luz de tantas inspirações perfeccionistas.

Porque, bem sabemos, mesmo nos círculos de maior identificação democrática deste país muita coisa de negativo permanece, e produz efeitos sob a forma de despreparo mental e cultural, desinformação, lugares-comuns, cacoeias, simplificações grosseiras e ingénuas,

tudo isso somando contra a sedimentação de um generalizado estado de ânimo de confiança nas verdades e na estabilidade das instituições.

Agora mesmo nos é dado ver como certas posições insistem em interpretar a atualidade brasileira segundo os parâmetros do cenário de 23 anos atrás. O País cresceu e mudou enormemente desde 1964, adquiriu acentuadas complexidades internas e internacionais, e no entanto verbetes arcaicos como o do golpe de Estado, por exemplo, mantêm-se irredutíveis no glossário empoeirado de quantos não sabem ou não se interessam em acertar os pontos da máquina do tempo.

Ignora-se que até mesmo as piores soluções de força necessitam de clima propício, de infra-estrutura estratégica e logística, de um mínimo de base moral, de algum bafejo dos ventos da história, de qualquer coisa de consistente na crise que sirva de ponto de apoio aos eventuais mentores e artifices da aventura. E quem pensa que qualquer desses fatores hoje se apresenta no cenário brasileiro, simplesmente não está conseguindo distinguir entre o que se define como aparências perturbadoras de um momento delicado de transição e o leito de material consolidado por onde correm essas águas em episódio torvelinho.

Essas considerações nos conduzem à questão crucial dos embargos de comunicação ontem e hoje existentes entre o Governo democrático e a opinião pública interna, envolvendo a capacidade do homem comum de bem com-

preender o funcionamento do Estado e de uma democratização moderna, as responsabilidades do Governo, as diretrizes e decisões do Poder Executivo. Pior ainda quando estão em foco as crises naturais do processo democrático e da política governamental, pois as avaliações das mentalidades despreparadas ou imaturas dificilmente correspondem à dimensão e às repercussões exatas dos fatos. Ora a opção é a da impaciência, da insegurança e da injustiça, ora a do exagero, da extrapolação. Além do terrorismo calculista dos engajados existe o terrorismo psicológico dos irrealistas, dos instintivos, dos passionais.

Os conflitos de expectativa multiplicam-se na área desimpedida de um regime aberto. A sociedade espera resultados palpáveis e rápidos dos projetos governamentais, quando ordinariamente eles dependem de tratamento pelo menos a médio prazo. A generalidade das pessoas acredita, por exemplo, que continua havendo lugar para políticas econômicas nacionais, exclusivas e autônomas, jogando simplesmente com os fatores do país em causa. Quem impune pode ignorar, entretanto, a situação de estreita interação e interdependência em que se encontram as economias do mundo contemporâneo? O mais perfeito projeto econômico de qualquer nação do Terceiro Mundo, seja para corrigir desequilíbrios ou para acelerar o processo de desenvolvimento, corre o risco de desmantelar-se como um castelo de cartas e as pressões conjunturais externas ou se os interesses do siste-

ma econômico-financeiro internacional entram em rota de colisão. São evidências primárias que saltam aos olhos, mas que apesar disso não atingem as áreas bloqueadas da acuidade e da consciência públicas, cujas vistas freqüentemente conseguem apenas divisar aspectos imediatos e unilaterais dos problemas e quase nunca a sua exposição panorâmica.

Estaria uma tal atitude limitada, no Brasil, ao nível popular? A resposta é que tampouco as elites se lhe escapam. Observe-se que os candidatos a Ministro e os ex-Ministros sempre conhecem o caminho da verdade, jamais são atormentados pelos demônios da dúvida. Fácil de entender: eles lidam com material de laboratório, trabalham na assepsia e no vácuo. Já os Ministros de plantão fazem a clínica e a cirurgia no corpo vivo do paciente, confrontam as febres, os tumores, os vírus, os derrames e os enfartes do enfermo e mais as enigmáticas reações que se operam no ar que ele respira.

Em suma, no Brasil presidencialista ou parlamentarista do futuro, com uma Constituição nova em folha e prenhe das mais atualizadas contribuições da democracia social, o modelo representativo brasileiro ainda prescindirá de mecanismos de comunicação e procedimento que nenhuma Constituição por si só engendra, mas vão depender dos influxos de uma também nova "ordem mental e cultural". Chegaremos lá sem dúvida, mas enquanto isso há que abastecer devidamente as novas reservas de paciência, de tolerância e de esperança.